

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro fala em "novos tempos" e convida israelenses a investir no Brasil.....	2
Título: Governo e Petrobras chegam a consenso sobre cessão onerosa.....	4
Título: Fim da dívida de distribuidoras faz tarifa cair no 2º semestre	4
Título: O quarto escuro e o poste sem luz	7
Título: Brumadinho trava avanço da indústria em fevereiro e deve pesar nos próximos meses	9
Título: Petrobras altera estatuto para reduzir custo e agilizar plano de privatização	11
Título: GNA obtém US\$ 288 milhões para térmica a gás	13
Título: MP pede bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem	15
Título: Sob controle da State Grid, CPFL vai reestrear na bolsa.....	16
Título: Copersucar começa a receber precatórios	18
Título: Destaques	19
Título: Bretas torna Temer réu por corrupção, peculato e lavagem	20
Título: Antigas medidas econômicas ainda ocupam a pauta do STJ.....	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	24
Título: Três grupos fazem nova oferta pelo TAG, da petroleira.....	24
Título: CVM apura influência de ex-gestores da Petrobrás	25
Título: TCU vota se salário de estatal deve ter teto de R\$ 39,2 mil	27
Título: Após Brumadinho, seis empresas se recusam a auditar barragens da Vale	28
Título: MP pede bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem por rachaduras em AL.....	30
Título: Temer vira réu no caso Eletronuclear	30
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32
Título: Bolsonaro pede estudo sobre possível fim do horário de verão	32

Título: Temer é denunciado em SP por reforma de casa da filha e vira réu no Rio.....	33
VEÍCULO: O Globo.....	35
Título: Engie é favorita na disputa por rede de gasoduto da Petrobras	35
Título: Governo incluirá até 20 projetos em programa de privatização	36
Título: Após Brumadinho, indústria extrativa recua 14,8%	38
Título: Agência interdita 56 barragens em oito estados	39
Título: Novo rompimento de barragem mostra que pesadelo não acabou	40
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	41
Título: Gasolina chega a R\$ 4,67 no DF	41

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Malu Delgado | De Jerusalém, Israel

Título: Bolsonaro fala em "novos tempos" e convida israelenses a investir no Brasil

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem a uma plateia de centenas de empresários israelenses e brasileiros que o Brasil vive "novos tempos" e tem uma enorme possibilidade de exploração de sua biodiversidade e de parcerias a serem realizadas com o país. O presidente citou especificamente a Amazônia, a exploração de minério e enfatizou, também, o fato de o país ter a segunda maior reserva de grafite do mundo, com foco na produção de grafeno (uma das formas do carbono).

"O recado que dou aos senhores é de novos tempos. Estamos à disposição dos senhores que querem investir no Brasil. Serão bem acolhidos, bem tratados, e poderão confiar em nossos trabalhos", disse. Apesar dos problemas enfrentados pelo governo Bolsonaro no diálogo com o Congresso Nacional e dirigentes partidários, o presidente afirmou que o Executivo está fazendo a sua parte.

"Nasceu um novo país em 1º de janeiro. Deixou-se de lado a questão ideológica que nos atrasava, e muito. Estamos fazendo a nossa parte. Propostas foram enviadas ao Parlamento. Tenho certeza que o Parlamento, com sua responsabilidade e seu patriotismo, dará uma resposta a isso", disse.

Apesar de o governo ainda não ter apresentado propostas concretas de mudança na área tributária, Bolsonaro assegurou que estão sendo tomadas medidas para diminuir o peso do Estado e desburocratizar a economia. "Com essas medidas, poderemos fazer muitas, mas muitas coisas juntos."

Ele citou a abertura do escritório comercial em Jerusalém como novidade que vai auxiliar acordos comerciais entre os dois países. "Como há pouco nos tornamos noivos, no bom sentido, abrindo aqui uma representação nossa de negócios, tecnologia, pesquisa e inovação em Jerusalém, os senhores começam cada vez mais a notar que esse nosso relacionamento veio para ficar." Foi aplaudido.

Em relação à Amazônia, destacou "o mar de biodiversidade que temos pela nossa frente". O presidente sinalizou disposição de abrir a Amazônia a novos investimentos, o que é um motivo de apreensão a ambientalistas no Brasil e no mundo. "Ninguém tem a biodiversidade que temos. Estamos à disposição nesta área. Novos campos a serem descobertos. O que poderá vir da biodiversidade? Acho que ninguém sabe ainda."

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, fez o discurso de abertura a empresários, em inglês. Apresentou gráficos sobre o crescimento per capita do PIB em Israel e apontou os principais setores que cresceram no período de 2007 a 2017. Netanyahu sustentou que o crescimento tecnológico e de ponta em Israel só foi possível após o enxugamento do Estado.

Usou como metáfora um exercício militar e lembrou o tempo de recruta, em que seu comandante ordenou que carregasse o colega ao lado nos ombros, bem maior e mais pesado. Fez uma analogia com o peso dos impostos para o investidor. "Qual a receita? Impostos baixos e reduzir barreiras para a competição", disse.

Para Netanyahu, "o céu é o limite" na parceria entre Brasil e Israel. O premiê disputa eleição na próxima semana e ainda não tem certeza da vitória, já que sua imagem pública foi ameaçada por denúncias de corrupção,

O primeiro-ministro voltou a se referir a Bolsonaro como amigo e irmão, o que facilita a proximidade, e destacou similaridades entre os dois países. "Temos uma irmandade, temos passado comum, tradições compartilhadas. Não há melhor parceria no mundo que a parceria entre Brasil e Israel."

Os empresários assistiram à tarde a exposições de ministros dos dois países sobre oportunidades de negócios. Pelo Brasil falaram os ministros de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Governo e Petrobras chegam a consenso sobre cessão onerosa

O governo chegou a um entendimento com a Petrobras sobre a revisão do contrato da cessão onerosa e deve apresentar os termos ao Tribunal de Contas da União (TCU) nesta semana.

A equipe econômica chegou a avaliar que o TCU não precisaria dar um aval ao texto. Mesmo assim, entende ser de "bom tom" buscar um alinhamento com a corte de contas para o processo.

O acompanhamento do tema será feito pelo ministro Raimundo Carreiro. Em um processo, ele analisará especificamente a revisão do contrato. Em outro, avaliará o andamento do leilão de excedentes da área do pré-sal. O governo esperava usar os recursos para amenizar o rombo nas contas públicas e impulsionar investimentos no setor de óleo e gás.

O ministro Paulo Guedes (Economia) mencionou na semana passada que os detalhes seriam anunciados em breve. Conforme apurou o **Valor** anteriormente, o governo conseguiu baixar o preço a ser pago à Petrobras pela revisão do contrato - o montante agora se aproxima de US\$ 10 bilhões, ante projeção anterior de US\$ 14 bilhões.

O entendimento formal ainda precisaria passar por outras etapas, como o aval do conselho de administração da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Fim da dívida de distribuidoras faz tarifa cair no 2º semestre

Os consumidores de energia que terão as tarifas corrigidas no segundo semestre sentirão, em sua maioria, um alívio na conta de luz. De acordo com

estudo realizado pela empresa especializada em tarifas de energia TR Soluções, os consumidores industriais e comerciais das distribuidoras de energia com processo tarifário na segunda metade do ano deverão ter, em média, uma redução de 2,19%. Já os consumidores residenciais dessas empresas terão, em média, uma tarifa 0,52% menor.

O principal motivo para a previsão de queda das tarifas é a quitação antecipada dos empréstimos bilionários firmado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com bancos para socorrer as distribuidoras durante a crise energética de 2014, anunciada em março pela entidade em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os três empréstimos totalizaram R\$ 21 bilhões, além de cerca de R\$ 13 bilhões de custos das operações.

Na ocasião, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, destacou que a quitação dos empréstimos terá um efeito médio redutor nas tarifas de energia de 3,7% em 2019 e de 1,2%, no próximo ano.

Por causa desse evento, cinco distribuidoras passaram por revisão tarifária extraordinária no fim de março, com redução do efeito médio para o consumidor: Light (de 11,12% para 8,56%), Enel Rio (de 9,7% para 7,59%), Cepisa (de 12,64% para 11,01%), Eletroacre (de 21,29% para 18,13%) e EBO (de 4,36% para 1,75%).

Sobre os processos tarifários de 19 distribuidoras que ocorrerão no segundo semestre, a TR Soluções prevê que 13 dessas empresas terão ajustes negativos na conta de luz dos consumidores industriais e comerciais, atendidos em média tensão, entre 2,3 quilovatts (kV) e 25 kV. No caso dos consumidores residenciais, atendidos em baixa tensão, a empresa especializada em tarifas projeta redução nas tarifas de 12 concessionárias.

"Vemos a maior parte dos movimentos de variações positivas da tarifa mais nas distribuidoras que têm evento tarifário no primeiro semestre, enquanto as variações negativas se concentram mais nas distribuidoras que têm evento tarifário no segundo semestre", disse Helder Souza, diretor comercial da TR Soluções.

Com relação à quitação dos empréstimos da CCEE, a eliminação desses custos deve pressionar as tarifas para baixo, em média, em 6,4 pontos percentuais neste ano, segundo a TR Soluções. Na média, o impacto desses empréstimos nas tarifas neste ano, considerando a quitação antecipada, é de R\$ 8,13 por megawatt-hora (MWh), ante o valor de R\$ 26,53/MWh cobrado em 2018. Os consumidores cujos processos tarifários se dão especificamente a partir de setembro já não terão mais cobrança relativa aos empréstimos nas tarifas.

Outro fator que deverá contar favoravelmente para a redução das tarifas no segundo semestre é a variação cambial. Essa variável afeta principalmente as distribuidoras localizadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que adquirem energia da hidrelétrica binacional de Itaipu, cujos contratos são vinculados ao dólar. O câmbio também tem efeito no custo da energia nuclear produzida no país.

No levantamento sobre as tarifas, a TR Soluções destacou que a perspectiva de um resultado favorável em termos de variação cambial se deve "ao fato de que, no segundo semestre do ano passado, a cotação do dólar já estava relativamente elevada. Se permanecer no atual patamar ou tiver ligeira queda, pode, portanto, até resultar em efeito negativo sobre as tarifas".

De acordo com a empresa, em setembro de 2018, por exemplo, a cotação do dólar alcançou R\$ 4,12. Em fevereiro deste ano, a moeda norte-americana estava cotada a R\$ 3,73. "Nas distribuidoras com evento tarifário no segundo semestre, já foi considerado esse dólar mais alto [em 2018]", explicou Souza.

Outro potencial fator redutor nas tarifas de energia é uma menor exposição ao risco hidrológico, medido pelo fator GSF, na sigla em inglês. Isso porque, de acordo com a TR Soluções, as condições hidrológicas em 2018, consideradas nos processos tarifários de 2019, foram ligeiramente mais favoráveis do que as verificadas no ano anterior.

"A expectativa é que o passivo de 2018, que vai ser cobrado em 2019, vai ser menor que o passivo de 2017, que está na tarifa de 2018. As condições hidrológicas estão ligeiramente mais favoráveis. Se pegarmos o histórico de GSF de 2017, ele ficou abaixo de 80%. Em 2018 ficou em 81,6% [Na prática, quanto mais abaixo de 100%, maior é o impacto do risco hidrológico para as tarifas]", completou Souza.

Nesta semana, em evento no Rio, o presidente do conselho de administração da CCEE, Rui Altieri, sinalizou que a expectativa atual da instituição para o GSF médio de 2019 é de 83% a 83,5%.

No acumulado de 2019, a TR Soluções projeta aumento médio das tarifas de energia para consumidores industriais e comerciais das distribuidoras de 1,7%. Já, para os consumidores residenciais, o aumento médio previsto para as tarifas deste ano é de 3,73%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/04/2019****Seção: Opinião****Autor: Edvaldo Santana****Título: O quarto escuro e o poste sem luz**

No quarto escuro, os passos são bem curtos, mas não devemos ficar imobilizados, na parede. O setor elétrico brasileiro convive com certa escuridão desde 2013, quando decisões irracionais lhe retirou o rumo. Tem sido salvo pelo longo ciclo de recessão, que reduziu de forma brutal o consumo de energia. Trôpego, com seus passos desarticulados, vibra com leilões de expansão, só que o consumo de energia é de pouco mais de 40% da capacidade instalada de geração, um retrato da ineficiência. Sobra capacidade instalada, portanto energia contratada, que não pode ser transformada em MWh. Com isso, além de trôpego, o andar parece desconexo, com risco de tropeçar nas suas longas pernas. Paga-se muito caro por isto. Nossa tarifa é das mais caras do mundo, e eis uma das explicações.

Ainda que o funcionamento do sistema tenha que atender a determinadas leis da Física, como a de Kirchhoff e a de Thevenin, os cálculos econômicos desprezam esta característica. Dois exemplos, os mais bizarros: a hora da demanda máxima, ou hora da ponta, tem acontecido, há um bom tempo, entre 15h e 16h, mas as tarifas são calculadas como se tal evento ocorresse entre 18h e 21h. Também se paga por essa idiosincrasia, e não é pouco.

O segundo exemplo é bem nosso. Os custos da energia ofertada variam a cada dia, e até de hora em hora, a depender da combinação das diferentes fontes de geração e do comportamento da carga, mas o preço praticado é semanal, como se toda energia estivesse sendo produzida por única fonte. São de assustar, mas não de surpreender, as resistências para que esses equívocos sejam corrigidos.

Além de água, sol, vento, biomassa e até gás natural, a natureza foi pródiga com o setor elétrico. As grandes hidrelétricas (UHE) estão distantes da carga, mas a tecnologia e os custos de transmissão evoluíram favoravelmente. Um conforto. As pequenas centrais hidrelétricas (PCH) são conectadas nas redes das distribuidoras, o que reduz as perdas elétricas. Uma dádiva. As eólicas estão praticamente nas cidades, como a solar e a biomassa. Um achado. E as termelétricas estão próximas da carga e das unidades de gás natural. Um grande valor.

Por que, então, a energia é tão cara e as crises tão frequentes e duradouras? Alguns dizem que é consequência de falhas de planejamento. Mas não. Planejamos demais. Nos leilões, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** chega

a especificar quanto da demanda deve ser atendida por eólicas, solar ou hidrelétrica, como se fôssemos os antigos adivinhadores. Também não temos quaisquer restrições técnicas, pois são mitigáveis os custos de acesso ao que há de mais moderno em termos tecnológicos.

O problema é que, por alguma razão, não temos conseguido concatenar, de forma racional, o que a natureza nos deu. Não organizamos para somar ou multiplicar os pontos positivos, mas para subtraí-los ou dividi-los. As fontes de ineficiência estão na estrutura de governança, que estimula o intervencionismo e o improviso, que desorganizam e deixam o setor vulnerável ao voluntarismo estatal. As fronteiras da regulação são erroneamente flexíveis. Quem regula? A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ou o MME? Por conta da segurança do sistema, que é argumento para tudo, o operador do sistema cede espaço para o MME, abrindo caminho para o afastamento dos custos ótimos, como aconteceu, de forma exagerada, entre 2007 e 2016.

Decisões técnicas e complexas seguem para o escrutínio político, que é, para o caso, um poste sem luz

Infelizmente, ainda estamos longe de uma solução razoável para o setor elétrico, embora alguns pequenos passos estejam sendo dados, mas sem foco. A lógica ainda é a da busca de soluções locais, que transformam o setor elétrico em um espantalho. O quarto fica mais escuro. Decisões técnicas e complexas seguem para o escrutínio político, que é, para o caso, um poste sem luz, aumentando a entropia, a desordem do sistema físico.

Prioriza-se as partes, não somáveis, e subjuga-se o todo. Cada um quer passar adiante sua conta do risco hidrológico, quer seu leilãozinho, sua reserva de mercado e outras benesses. No meio da celeuma estão as distribuidoras, que tomam riscos não previstos em seus contratos.

Li, por esses dias, que o setor elétrico imitará as bancadas da bala e evangélica. Criaremos, com as melhores das intenções, as bancadas da nuclear, da eólica, das PCH, das UHE, da energia solar, da biomassa e do gás natural, poderosíssima. Na interseção desses conjuntos estão os subsídios, irmãos da insensatez e da ignorância econômica, que subtraem e dividem.

Em razão de tudo isso, perdemos o bonde da história ou chegaremos nele muito atrasados. O "vagão" do smart grid, que começou na década de 70 e já anda para a 3ª geração, ainda não chegou por aqui. Por que os investimentos não são feitos, se são da mesma ordem de grandeza dos custos com o furto de energia?

A geração distribuída (GD), elemento transformador do segmento de distribuição, que tomou conta do setor elétrico mundial nos últimos 10 anos, é

aqui movida por subsídios excessivos e perversos, o que implica resistências e desnecessários conflitos regulatórios, sem falar na perda de tempo. Cresce em velocidade espantosa a quantidade de consumidores que passam a gerar a energia que utilizarão, mas pouca tem sido a preocupação com a integração econômica desses recursos distribuídos, que é um papel das distribuidoras. (É assim na Alemanha e nos Estados Unidos, onde cerca de 60% da GD pertencem aos consumidores).

São quase intransponíveis as barreiras para o "desmame" de alguns subsídios bilionários, como dos consumidores rurais e da irrigação, para os quais as regras de entrada são desprezadas e as de saída, desrespeitadas. São inúmeras e visíveis as irregularidades apontadas pelos órgãos de controle, mas é impensável que se tenha uma data para iniciar o "desmame".

É espetacular o potencial da oferta de gás natural proveniente do pré-sal, mas nada indica que represente um dia a redução dos custos de geração, muito pelo contrário. O monopólio na cadeia de fornecimento do gás impede que o setor elétrico se beneficie de tamanho esforço de produção.

Parece certo o ministro da Economia, Paulo Guedes, quando argumenta que a competição no segmento do gás natural é determinante para a redução relevante do preço da energia elétrica. Mas penso que é muito mais: a competição é a fresta de luz a iluminar o quarto escuro, a coordenar os pequenos passos e retirar o setor elétrico da parede. Mas é preciso criar as condições para a façanha.

Edvaldo Santana é doutor em engenharia de produção, ex-diretor da Aneel e atual vice-presidente de Estratégia e Novos Negócios da Electra Energy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar e Bruno Villas Boas | De São Paulo e do Rio

Título: Brumadinho trava avanço da indústria em fevereiro e deve pesar nos próximos meses

Influenciada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), a produção industrial cresceu menos do que o esperado em fevereiro, em um novo empecilho para a recuperação mais rápida do setor. A Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) mostrou avanço de 0,7% na comparação a janeiro, no cálculo livre de efeitos sazonais, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de fevereiro veio abaixo da estimativa média de 23 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, que apontava para um crescimento de 1,1%. Na comparação com fevereiro do ano passado, a alta foi de 2%, enquanto no acumulado de 12 meses o crescimento ficou em 0,5%.

A queda da indústria extrativa foi a mais intensa da série histórica, iniciada em 2012. O recuo em relação a janeiro foi de 14,8%, sempre no cálculo dessazonalizado. As perdas foram, inclusive, mais intensas do que a registrada após o rompimento da barragem de Mariana (MG), em novembro de 2015, quando a produção recuou 11%.

Sem o impacto da indústria extrativa, a PIM-PF teria apresentado crescimento de 1% no mês, de acordo com o IBGE. "Isso ajuda a entender o peso de Brumadinho na produção do mês", diz André Macedo, gerente da Coordenação da Indústria do instituto. "Houve repercussão em todo o entorno, inclusive para além de Minas Gerais. É mais do que o encerramento da produção daquela unidade."

Levando em conta a produção industrial como um todo, o crescimento de 0,7% de fevereiro praticamente devolveu a queda de 0,7% do mês anterior (o dado inicialmente apontava recuo de 0,8%, mas foi revisado). Bens duráveis (alta de 3,7%) e de capital (4,6%) foram os destaques positivos, impulsionados pelo melhor desempenho das montadoras de automóveis e caminhões naquele mês.

Das atividades, a produção de veículos automotores, reboques e carrocerias teve alta de 6,7%, por exemplo. "O setor vinha de três meses de resultados negativos, e o desempenho de fevereiro basicamente zera a queda dos meses anteriores", diz Macedo. "E os dados do setor mostram que o avanço foi acompanhado por maiores estoques. Pela frente, portanto, as fabricantes podem adotar um maior controle desse ritmo." Já os bens semiduráveis e os não duráveis tiveram crescimento de 0,7%, enquanto os intermediários recuaram 0,8%.

Com dois dias úteis a mais, o calendário também ajudou a colocar a produção da indústria de fevereiro deste ano em terreno positivo, na comparação a 2018. Cálculos do IBGE mostram que, sem esse fator, o setor teria recuado 1,3% nesse tipo de comparação, no lugar do crescimento de 2% divulgado ontem.

No acumulado de 12 meses, o fato de a PIM-PF ter apresentado alta de 0,5%, mesmo número registrado em janeiro, é uma boa notícia, segundo Christian Thorgaard, economista da consultoria Parallaxis. O crescimento acumulado vinha desacelerando desde julho do ano passado, quando estava em 3,3%. Mesmo assim, "uma recuperação robusta ainda parece muito distante", de acordo com o economista, que calcula expansão de 1,9% da produção industrial

neste ano. Segundo a Guide Investimentos, o setor ainda está 12% abaixo do pico e 2,2% abaixo de abril do ano passado, mês que antecedeu a greve dos caminhoneiros.

O rompimento da barragem de Brumadinho soma-se a uma série de obstáculos apontados pelos economistas à retomada industrial, como a recuperação do mercado de trabalho fortemente baseada em vagas informais e a crise argentina.

Nos cálculos de Lucas Nobrega, economista do Santander, o estouro da barragem vai reduzir em 0,7 ponto percentual o desempenho da indústria em 2019, de 2,3% para 1,6%. Ele afirma que parte da produção deve ser retomada nos próximos meses, mas isso não será suficiente para compensar o que deixou de ser produzido. Além do que já foi perdido, a tendência é que a indústria extrativa seja afetada também pelas outras unidades da Vale que foram fechadas por questões de segurança após o rompimento de Brumadinho.

"Em algum momento parte dessas unidades deve ser retomada. O impacto no ano vai depender, claro, do tempo que demorar para retomar a produção. Nós acreditamos em uma retomada gradual", disse o economista.

Mauricio Nakahodo, economista do Banco MUFG Brasil, calcula crescimento de 2,1% da produção do setor em 2019, puxado por fatores como inflação controlada; manutenção projetada para a taxa básica de juros em 6,5% até o fim do ano; e queda dos juros cobrados para famílias e empresas. O cenário da instituição financeira leva em conta a aprovação de uma reforma da Previdência. "É uma recuperação moderada", diz.

Por enquanto, os primeiros números referentes a março também mostram um quadro pouco animador. A MCM Consultores e o Itaú calculam de maneira preliminar quedas de 0,4% e 0,1% da produção industrial na comparação com fevereiro, respectivamente. Para a consultoria, o desempenho de março frente a março de 2018 deve mostrar queda de 4,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Vanessa Adachi | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras altera estatuto para reduzir custo e agilizar plano de privatização

A mudança proposta pela Petrobras de transferir da assembleia de acionistas para o conselho de administração da companhia a decisão sobre a venda de subsidiárias integrais da empresa tem o objetivo de reduzir custos e

desburocratizar os processos de desinvestimentos, segundo o presidente da estatal, Roberto Castello Branco. A alteração no estatuto social da petroleira será votada em assembleia de acionistas em 25 de abril.

"Isso agiliza, desburocratiza, reduz custo. Convocar uma assembleia para [deliberar sobre] um assunto custa caro no Brasil. E não há exigência em lei [para submeter venda de subsidiárias integrais à assembleia]. Várias empresas fazem isso. Empresas grandes, como Vale, Embraer e Ambev adotam isso", disse o executivo, ao **Valor**.

Castello Branco destacou que todos os acionistas da Petrobras já são representados pelo conselho de administração. "O conselho de administração é composto de representantes dos acionistas, inclusive dos minoritários".

Para Castello Branco, a mudança não enfraquece a governança da companhia. "Todos nossos processos de desinvestimentos são acompanhados pelo TCU [Tribunal de Contas da União] e pela Sest [Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia]", disse.

A mudança proposta é específica para subsidiárias integrais da petroleira. Ativos da empresa, como campos petrolíferos e refinarias, podem ter a venda aprovada diretamente pelo conselho.

De acordo com a Petrobras, cada assembleia custa em torno de R\$ 1 milhão. De acordo com uma fonte, com a mudança, a economia de tempo para conclusão do processo de venda é de, pelo menos, 30 dias - prazo de antecedência mínima necessária para convocação de uma assembleia.

As negociações da estatal são consideradas longas, na comparação com seus pares globais.

Ainda segundo a fonte, a redução do tempo gasto para conclusão do desinvestimento tende a reduzir a exposição da empresa a eventuais variações das condições de mercado. Uma queda abrupta nos preços das commodities pode, por exemplo, prejudicar a conclusão do processo e, em casos extremos, afetar a decisão de compra.

Questionado sobre o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), Castello Branco explicou que, se a conclusão do negócio ocorrer até 24 de abril, véspera da assembleia de acionistas que vai deliberar sobre a mudança no estatuto, será necessário convocar nova assembleia extraordinária para tratar da alienação da subsidiária. Caso a conclusão do processo ocorra após 24 de abril, a assembleia não será mais necessária, se a mudança no estatuto for aprovada em 25 de abril.

O **Valor** apurou que foram entregues ontem as propostas de compra de 90% da TAG. Na primeira etapa, a melhor oferta foi apresentada pela francesa Engie, no valor de cerca de US\$ 8 bilhões. Os franceses formaram um consórcio com o fundo canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec (CDPQ) para o negócio.

Por ter apresentado a melhor oferta, a Engie teve a possibilidade de negociar termos do contrato com a estatal. É com base no modelo definido pelas duas empresas que foi aberta a nova rodada de propostas para os concorrentes.

Entre os grupos interessados, havia a expectativa de que os preços ofertados superassem aqueles registrados na primeira etapa da venda, realizada no ano passado. Além da Engie, o fundo Mubadala, dos Emirados Árabes, e o grupo australiano de fundos de infraestrutura Macquarie, também estavam cotados para disputar.

"O risco do país caiu desde a primeira oferta e as condições de crédito também melhoraram. Com o custo de dívida menor, o valor das ações da empresa subiu", disse ao **Valor** uma fonte que participa do processo.

Os três consórcios já asseguraram o financiamento de suas propostas. A Engie é assessorada pelo Citi, o Macquarie trabalha com Bank of America e o Mubadala é assessorado pelo J.P. Morgan. Qualquer que seja o vencedor, deve contar com um sindicato de bancos a financiar a compra, que deve ser uma das maiores aquisições no mercado brasileiro em 2019.

A expectativa é que a Petrobras divulgue o resultado oficial do processo na sexta-feira. A estatal prevê obter US\$ 26,9 bilhões com desinvestimentos no plano de negócios 2019-2023. O valor pode aumentar, dependendo de possíveis mudanças no modelo de venda das refinarias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: GNA obtém US\$ 288 milhões para térmica a gás

A Gás Natural Açú (GNA), joint venture formada pela Prumo Logística, BP e Siemens, deu mais um passo importante na estruturação financeira do projeto termelétrico GNA I (1,3 mil gigawatts), usina a gás natural em construção no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ), no Norte Fluminense. A companhia fechou com o International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial

para o setor privado, um contrato de financiamento de longo prazo (15 anos), no valor de US\$ 288 milhões.

A assinatura do empréstimo ocorre três meses após a GNA anunciar o primeiro contrato de financiamento, no valor de R\$ 1,7 bilhão, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à KfW IPEX-Bank - responsável pelo financiamento de projetos internacionais e exportações do grupo KfW. A operação conta com o apoio da agência alemã de crédito à exportação Euler Hermes Aktiengesellschaft.

O diretor-presidente da GNA, Bernardo Perseke, conta que, com as duas linhas de empréstimo fechadas, a empresa já garantiu R\$ 2,6 bilhões em financiamentos de longo prazo para implementar o projeto - que contempla ainda a construção de um terminal de gás natural liquefeito (GNL), com capacidade para regaseificar 21 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) de gás natural.

Ao todo, a GNA espera investir cerca de R\$ 4,5 bilhões no projeto, utilizando também parte de capital próprio dos sócios. As obras de construção de GNA I completaram um ano, em março, e já exigiram até o momento, dos acionistas, aportes de R\$ 1,2 bilhão. Ao todo, 2,5 mil trabalhadores estão envolvidos nas obras do empreendimento, previsto para começar a gerar a partir de 2021.

A companhia tem um outro projeto no Açu, a GNA II, com capacidade para gerar mais 1,7 gigawatts e previsão de entrada em operação em 2023. Juntas, as duas unidades vão garantir um parque gerador de 3 GW de energia firme. Segundo Perseke, a estruturação do financiamento da térmica GNA II ainda está sendo discutida internamente. A expectativa é que as obras da unidade comecem entre o fim deste ano e início de 2020 no Açu, porto que surgiu pelas mãos do empresário Eike Batista e que é controlado pela americana EIG.

Além dessas duas usinas, a GNA possui licença ambiental para mais que dobrar sua capacidade instalada, para 6,4 gigawatts. Questionado sobre o interesse de participar dos próximos leilões de energia nova, de junho e setembro, Perseke disse que a companhia está "sempre preparada para explorar novas oportunidades".

"Mas precisamos ver as regras [do edital dos leilões] e como a demanda [por energia] vai estar, antes de tomarmos a decisão [de investimento]", afirmou Perseke.

O executivo destaca que, no futuro, a ideia da empresa é que as termelétricas do Açú consumam não mais GNL, mas gás natural doméstico do pré-sal.

"Como fazer isso [viabilizar o uso do gás nacional é uma questão que] ainda está sobre a mesa. Precisamos de um novo ambiente regulatório e, além disso, conversar com os produtores de gás", disse.

Segundo Perseke, a iniciativa do governo federal de retomar as discussões para modernização do marco regulatório de gás, de forma a abrir o mercado brasileiro, é "positiva". "Mas ainda temos que ver como vai ser estruturada [a nova regulação]", comentou.

A GNA I é o terceiro investimento do IFC em geração de energia a base de GNL, na América Latina. A entidade também financia um projeto da AES Cólón, no Panamá, e da Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) no Porto de Sergipe. A carteira atual de investimentos comprometidos pelo IFC em infraestrutura no Brasil é de US\$ 800 milhões, sendo 70% desse valor destinado ao segmento de energia.

"Historicamente [o financiamento de projetos de infraestrutura, no Brasil], envolve o BNDES... Estamos trabalhando para ajudar o Brasil a identificar outros meios de financiamento de infraestrutura, porque o país possui uma necessidade de investimentos", disse o gerente sênior do departamento de Infraestrutura do IFC, Lance Crist, ao **Valor**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: MP pede bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem

O Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública de Alagoas pediram o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem, em ação civil pública proposta contra a petroquímica por causa do afundamento do solo em bairros próximos à área de mineração de sal-gema da companhia em Maceió. No pedido de liminar, o MPE e a Defensoria Pública alegam que há evidências de que rachaduras em imóveis e vias na região têm relação com a atividade de mineração e pedem o bloqueio com vistas a garantir a indenização às famílias atingidas.

De acordo com o procurador-geral do Estado, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, o pedido de bloqueio antecipado também foi motivado pelas negociações em curso entre Odebrecht, controladora da petroquímica, e a holandesa

LyondellBasell para venda da Braskem. "Temos uma série de evidências ao longo dos estudos feitos por organismos técnicos, e era preciso agir com uma tutela cautelar porque a Braskem está em processo de venda", afirmou.

Procurada, a petroquímica informou que tomou conhecimento da ação pela imprensa e que "vem, desde o início dos eventos no bairro do Pinheiro, colaborando junto às autoridades competentes na identificação das causas e não há, até o momento, laudo conclusivo que demonstre a relação entre as atividades da Braskem e os eventos observados no bairro".

Conforme a ação, o afundamento do solo colocou em risco a estrutura de moradias e haveria evidências de que a extração dos aquíferos na região é causa do problema. Uma delas é o laudo preliminar do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que recomenda a instalação de rede de monitoramento geodésico também em poços da Braskem. A ação alega ainda que essa é uma das quatro linhas de investigação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que informou em audiência no Senado que vai entregar seu relatório final em abril. "Qualquer tentativa de interpretação de dados de maneira isolada não contribui para resolver o problema", ponderou a estatal.

Ainda não há laudo conclusivo sobre a relação entre a atividade de mineração e as rachaduras que surgiram após abalos sísmicos registrados em março do ano passado. Há uma semana, após fortes chuvas na região que agravaram as fissuras nos imóveis, a Prefeitura de Maceió decretou estado de calamidade pública nesses bairros.

A extração de sal-gema em Alagoas, que hoje é feita pela Braskem, ocorre desde 1975 e o sal é utilizado na produção de cloro e soda. Após os abalos sísmicos, a petroquímica passou a acompanhar a situação das edificações no bairro do Pinheiro. "A Braskem reafirma seu compromisso com a sociedade alagoana e com a atuação empresarial responsável, e de seguir contribuindo na identificação e implementação das soluções", acrescentou a companhia.

O pedido de bloqueio de recursos, no meio das negociações entre Odebrecht e LyondellBasell, pesou sobre as ações da Braskem, que caíram 3,92%, a R\$ 49,70, entre as maiores baixas do Ibovespa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Sob controle da State Grid, CPFL vai reestrear na bolsa

A CPFL Energia formalizou ontem a intenção de realizar uma oferta pública subsequente de ações, marcando a reestreia na bolsa ("re-IPO") depois que seu controle foi adquirido pela chinesa State Grid em julho de 2016. A companhia pediu à B3 a extensão do prazo para cumprimento da recomposição do volume de ações em circulação, a fim de cumprir as regras do Novo Mercado e voltar a ter no mínimo 15% de capital social negociado. Hoje, a empresa tem 5,25% das ações no mercado.

Segundo fontes, a operação deve ser primária e secundária (com emissão de novas ações e venda de ações da controladora).

A State Grid pagou R\$ 27,69 pelas ações da CPFL Energia na oferta pública de aquisição de ações (OPA) realizada em 30 de novembro de 2017, quando foi concluída a aquisição da companhia. Na operação, restaram cerca de 53 milhões de ações na mão de minoritários (a fatia de 5,25%).

Pelas regras do Novo Mercado da B3, o volume de ações em circulação é insuficiente para que a listagem seja mantida. Diante disso, a State Grid tinha duas alternativas pela frente. O re-IPO ou fazer uma nova OPA de saída do Novo Mercado e fechamento de capital, na qual o preço deveria ser definido pelo chamado "valor justo" das ações. Investidores aproveitaram o momento em que os papéis da CPFL bateram a mínima de R\$ 17,98 em novembro de 2017 para montar posição na empresa. Como a companhia é uma das preferidas no setor elétrico, eles compraram uma ação considerada de qualidade por um preço "barato."

A aposta era que, numa eventual OPA, o valor justo das ações não seria inferior a R\$ 30. Um motivo para isso era o laudo de avaliação elaborado pelo Banco Fator a pedido da CPFL no contexto da OPA da CPFL Renováveis, que chegou a um valor por ação de R\$ 26,80 para a holding pela metodologia de fluxo de caixa descontado. Como as premissas utilizadas eram antigas, a expectativa era de que uma nova avaliação chegaria num valor maior. Ontem, as ações da CPFL fecharam em queda de 0,67%, a R\$ 29,50.

Segundo fontes, esse foi um dos fatores que afastou a State Grid da ideia de lançar a nova OPA. O pedido de um prazo extra feito à bolsa indica que a nova oferta de ações será feita com base no balanço da CPFL do primeiro trimestre deste ano, que deve ser divulgado no início de maio.

Pelas regras do Novo Mercado, uma empresa deve manter ao menos 25% do capital social em circulação, ou 15% se o volume médio diário da negociação for igual ou superior a R\$ 25 milhões nos últimos doze meses. A State Grid tinha 18 meses para reenquadrar a CPFL na regra, prazo que terminaria em maio e coincidiria com a janela do primeiro trimestre para a operação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/04/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Copersucar começa a receber precatórios**

As usinas representadas pela Copersucar em uma ação contra a União referente ao tabelamento de preços do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1980 começarão a receber a primeira parcela do precatório de R\$ 5,6 bilhões ganho na Justiça neste mês, conforme apurou o **Valor** com fontes que acompanham o assunto. A liberação desse dinheiro vem em um momento em que o segmento continua apertado pelos preços baixos do açúcar e deverá resultar em uma melhora de liquidez para as companhias ativas. Procurada, a Copersucar preferiu não comentar.

O valor bruto da primeira parcela, de R\$ 873 milhões, foi depositado judicialmente em maio do ano passado, mas liberado para a Copersucar sacar apenas no fim de março de 2019. A liberação foi possível após a Justiça negar recursos de alguns credores de usinas, que haviam pedido a penhora dos valores a serem repassados às empresas que lhes deviam. Entre esses credores estão dois bancos e um escritório de advocacia.

O valor a ser repassado às empresas deverá ser descontado da cobrança de PIS/Cofins, de 9,25%, o que resultará em um repasse líquido de R\$ 792 milhões. Havia dúvidas no mercado se seria preciso descontar ainda os 34% de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Questionada pela própria Copersucar a respeito da cobrança tributária, a Receita Federal respondeu recentemente que incidiria apenas a cobrança de PIS/Cofins.

O precatório será rateado entre cerca de 40 empresas, que reúnem as quase 100 unidades sucroalcooleiras que eram associadas à Copersucar em 1990 e que foram representadas no processo. Entre as companhias que serão beneficiadas estão a São Martinho, o Grupo Virgolino de Oliveira e a Zilor, além de empresas em recuperação judicial e outras que até já decretaram falência.

Além do precatório de R\$ 5,6 bilhões - que se refere a uma ação contra o controle dos preços de 1989, cujo valor foi corrigido pela Taxa Referencial (TR) -, a Copersucar venceu em junho outro processo, relativo ao controle de preços de 1985 a 1989, de R\$ 10,6 bilhões - mas a cooperativa reclama R\$ 2,2 bilhões a mais nessa ação. Caso esse valor seja acolhido, a Copersucar terá direito, no

total, a R\$ 18,4 bilhões da União em indenizações pelo controle de preços da época do IAA.

Os R\$ 10,6 bilhões se referem à indenização corrigida em parte pela TR (referente ao período de 1985 a 1988) e em parte pela diferença entre o IPCA e a TR (de 1985 a 1989) - e, assim como o primeiro precatório, será pago em seis parcelas anuais. Tais pagamentos serão feitos até dezembro de cada ano.

Somando os pagamentos do primeiro e do segundo precatórios, a Copersucar repassará montantes bilionários todo ano entre às ex-cooperadas até 2025. Após o pagamento de dezembro de 2019, serão repassados R\$ 2,6 bilhões, mas o valor chegará a R\$ 4,2 bilhões após o pagamento de dezembro de 2023.

A entrada desses recursos deve salvar os balanços de muitas usinas que estavam com dificuldades e, para aquelas com melhor perfil operacional, deverá aumentar ainda mais a capacidade financeira. Algumas companhias já venderam os direitos creditórios sobre esses precatórios buscando antecipar a receita, como a Cosan e a Usina Arapoã. Para algumas usinas em recuperação judicial, cogita-se transformar o recebível em unidade produtiva isolada (UPI) para pagar credores, apurou o **Valor**.

"Esses recursos vão dar um impulso de liquidez para o setor e várias empresas vão ficar com perfil de crédito bom", disse Luiz Prado, um dos sócios da Makalu Partners, que já negociou alguns recebíveis de empresas que têm valores a serem repassados pela Copersucar e preferiu não dar detalhes das operações.

(Colaborou Maria Luíza Filgueiras)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Debêntures da Energisa

O conselho de administração da Energisa aprovou a venda de até R\$ 500 milhões em debêntures de sete anos, que serão a 11ª emissão da companhia. Os papéis serão emitidos em série única, não conversível em ação, e serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os títulos pagarão juros de até 0,5% mais a taxa do Tesouro IPCA+ para 2028. Os recursos serão destinados aos projetos de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica da Eletroacre e da Ceron. **(Álvaro Campos)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/04/2019****Seção: Política****Autor: André Guilherme Vieira | De São Paulo****Título: Bretas torna Temer réu por corrupção, peculato e lavagem**

Alvo em 10 diferentes frentes de investigação, o ex-presidente Michel Temer (MDB) se tornou réu em duas ações penais por corrupção e peculato na Justiça Federal do Rio de Janeiro e foi formalmente acusado por lavagem de dinheiro na Justiça Federal de São Paulo, ontem.

Temer responderá a um processo penal por corrupção e lavagem de dinheiro e a outro por peculato e lavagem. Ambos foram abertos pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que recebeu denúncia oferecida pela força-tarefa da Lava-Jato fluminense no Ministério Público Federal (MPF).

Em São Paulo, Temer foi acusado pelo MPF por lavagem de dinheiro que teria envolvido a destinação de R\$ 1,6 milhão para reforma da casa da filha dele, a psicóloga Maristela Temer, que também foi acusada pelo mesmo delito. A denúncia foi distribuída à 6ª Vara Federal Criminal.

Segundo a defesa do ex-presidente, ele "nunca praticou nenhum dos crimes narrados e as acusações insistem em versões fantasiosas, como a de que Temer teria ingerência nos negócios realizados por empresa que nunca lhe pertenceu".

Os casos são desdobramentos das investigações que apontam desvios milionários, por integrantes do MDB, segundo o MPF, em contratos para obras e serviços na usina nuclear de Angra 3.

Além de Temer, responderão por peculato (apropriação de verbas públicas por servidor), lavagem de dinheiro e evasão de divisas 11 pessoas, entre as quais o coronel apontado como operador do ex-presidente, João Baptista Lima Sobrinho, o ex-presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro da Silva, o ex-presidente da Engevix e delator José Antunes Sobrinho e o sócio do coronel Lima na empresa de arquitetura Argeplan, Carlos Alberto Costa.

De acordo com o MPF, os crimes estão relacionados à contratação irregular da empresa AF Consult Ltd., da Finlândia, da Argeplan e da Engevix para execução de contrato de engenharia eletromecânica da usina de Angra 3. Os réus teriam desviado R\$ 11 milhões em verbas públicas.

A lavagem envolveria pagamentos a empresas que repassavam valores para a PDA Projetos, controlada pelo coronel Lima.

Na outra ação, Temer, o ex-ministro Moreira Franco, o coronel Lima e sua mulher, a arquiteta Maria Rita Fratezi, Othon Pinheiro, José Antunes Sobrinho, Carlos Alberto Costa, Carlos Alberto Costa Filho e Rodrigo Castro Neves são réus pela contratação simulada da empresa Alumi Publicidade para repasse de propina de R\$ 1,1 milhão, segundo a Lava-Jato.

Já a denúncia oferecida pela força-tarefa da Lava-Jato no MPF de São Paulo decorre da investigação conhecida como inquérito dos portos que tramitou no Supremo Tribunal Federal (STF) enquanto Temer manteve prerrogativa de foro por ocupar a Presidência. Em fevereiro, o relator do caso na Corte, ministro Luís Roberto Barroso, encaminhou parte da investigação para o judiciário federal paulistano.

Foram acusados de lavagem de dinheiro Temer, a filha dele, Maristela, o coronel Lima e a arquiteta Maria Rita Fratezi.

A acusação aponta lavagem de R\$ 1,6 milhão. O dinheiro que teria sido usado para reformar a casa de Maristela, localizada em Pinheiros, zona Oeste de São Paulo.

Conforme a tese acusatória dos procuradores paulistas, trata-se de lavagem de dinheiro que teve como crimes antecedentes o peculato e a corrupção investigados pela força-tarefa do Rio e agora convertidos em ação penal no Rio.

A Lava-Jato paulista diz que houve pagamentos em espécie, "provenientes de crimes contra a administração pública levados a efeito com uso da empresa Argeplan" que custearam despesas para reforma do imóvel de Maristela.

Em nota, o advogado de Maristela, Fernando Castelo Branco, afirmou que "a origem dos valores utilizados para a reforma de sua residência é lícita e Maristela Temer jamais participou de qualquer conduta voltada à lavagem de dinheiro".

Os advogados do coronel Lima, Maurício Leite e Cristiano Benzota, disseram que "chama a atenção a apresentação de denúncia pelo Ministério Público logo após a procuradora-geral da República pedir a instauração de inquérito para investigar os mesmos fatos, o que demonstra açodamento no oferecimento da denúncia e a ausência de elementos concretos para a instauração da ação penal".

Em nota, o advogado Antonio Moraes Pitombo, que defende o ex-ministro Moreira Franco, afirmou que "a existência de um processo judicial pode servir

para que autoridades públicas imparciais investiguem os fatos com interesse na busca da verdade e na compreensão quanto à inocência de um acusado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Joice Bacelo e Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Antigas medidas econômicas ainda ocupam a pauta do STJ

Decisões do governo federal de duas ou três décadas atrás ainda provocam discussões acirradas no Judiciário. Os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, analisaram nas últimas semanas ao menos dois casos envolvendo autarquias que hoje nem existem mais. Ambos tratam de pedidos de indenização de valores altíssimos em razão de medidas econômicas que foram tomadas no século passado.

Um desses casos envolve o pagamento de cerca de R\$ 2,3 bilhões, pela União, a dez empresas exportadoras. Trata-se de uma "herança" deixada pelo antigo Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Já se passaram mais de três décadas do fato que deu origem a essa discussão. O ano era 1986 - antes mesmo de o STJ ser criado. O tribunal, que nasceu com a Constituição Federal, completa 30 anos no próximo domingo.

Também datada dos anos 80 e início da década de 90, uma outra discussão, envolvendo o extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), tem previsão de impacto ainda maior aos cofres públicos. A União pode ter que desembolsar até R\$ 30 bilhões para um grupo de usinas que se dizem prejudicadas por planos econômicos que acarretaram o congelamento das tarifas do açúcar e do álcool naquela época.

Os dois processos começaram a ser julgados pelo STJ em março e foram suspensos por pedidos de vista. Não há, portanto, data prevista para que tenham um ponto final.

O caso envolvendo o IBC passou pela primeira e segunda instâncias do Rio de Janeiro e, em 2013, chegou à Corte. No mês passado, seis anos depois, foi colocado na pauta da 1ª Turma. A relatora, ministra Regina Helena Costa, foi a única, até agora, a proferir voto. Ela se posicionou contra o recurso da União

que pede o cancelamento da indenização. Em seguida o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Gurgel de Faria (REsp 1.365.600).

A briga entre as exportadoras e a União envolve o que, nos anos 80, ficou conhecido como Operação Patrícia. As empresas afirmam que foram contratadas para comprar uma grande quantidade de café do tipo robusta na bolsa de Londres. A intenção era a de que com a escassez do produto no mercado, o preço do café subiria e favoreceria o país. Na época, essa commodity representava 25% da balança comercial brasileira.

Havia ficado definido, entre o IBC e as exportadoras, que o café adquirido na bolsa de Londres seria substituído pelo produto do tipo arábica, produzido no Brasil. Caso isso não ocorresse, o governo ressarciria as empresas pelos custos da operação. A discussão sobre esse prejuízo foi o que virou o século e, hoje, depende de decisão da Justiça.

Na 2ª Turma tramita o processo envolvendo o Instituto do Açúcar e do Alcool, extinto nos anos 90 por um decreto do então presidente Fernando Collor de Mello. Os ministros começaram o julgamento que definirá o modo de apuração dos valores devidos pela União à usina Agro Industrial Tabu (REsp 1.342.323).

União e empresas travaram uma batalha em razão da interferência do antigo IAA no mercado. A União era quem administrava, por meio do instituto, os preços de venda e os custos das empresas e, segundo consta no processo, fixou, durante um período, preço de venda mais baixo que o valor do custo. Vem daí o prejuízo.

As usinas já venceram essa disputa em 2013. Em recurso repetitivo, a 1ª Seção do STJ reconheceu que elas tiveram perdas com a medida. Os ministros exigiram, no entanto, que apresentassem, por meio de balanços contábeis, as comprovações dos danos.

O que se discute agora, então, é quanto deve ser pago para cada uma das prejudicadas. Os processos de execução do grupo Agroindustrial Tabu, por exemplo, que estão na pauta, foram desmembrados e cada empresa faz o seu pedido em uma ação diferente. O total, em 27 ações, pode chegar a R\$ 30 bilhões. E elas não são as únicas. Há cerca de 300 ações sobre esse mesmo tema, diz Emiliania Alves, que atua nos casos pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Se levar em conta a origem do fato, os casos das duas autarquias extintas não são nem os mais antigos em tramitação no STJ. Um outro, por exemplo, à espera de julgamento da 1ª Seção, remete aos anos 60. Trata-se dos empréstimos compulsórios da Eletrobras.

Criada com a finalidade de gerar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico, a contribuição era cobrada na conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993.

Por lei, os consumidores poderiam depois converter os valores pagos em ações da Eletrobras. O julgamento sobre esse tema, no STJ, ocorreu em 2009. E desde lá está definido que deve haver a correção de tais créditos.

Só que os consumidores, depois disso, ingressaram com recursos alegando que a correção efetuada pela empresa foi menor do que a devida. Alguns não tiveram o total convertido em ações e, por isso, ainda têm valores a receber.

O julgamento que está suspenso por pedido de vista na 1ª Seção envolve a Decoradora Roma (REsp 790.288). A empresa questiona a data final de aplicação dos juros remuneratórios, fixados em 6% ao ano. Pede que sejam aplicados até o efetivo pagamento, enquanto a Eletrobras defende a data da última assembleia de conversão, que ocorreu em 2005.

Os empréstimos compulsórios estão no centro de outra ação, também pendente de julgamento na Corte, em que a Eletrobras duela diretamente com a União. A companhia pede para que o governo divida com ela os valores que ainda terão de ser pagos aos consumidores em razão do empréstimo compulsório.

"Esses julgamentos são só a ponta do iceberg. Se fizer um pente-fino é capaz de a conta [do que cobram da União] dar mais de trilhão", diz Aílton Soares de Oliveira, especialista em direito público e sócio do escritório A. Soares De Oliveira e Ponciano Advogados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Três grupos fazem nova oferta pelo TAG, da petroleira

Três grupos apresentaram ontem novas propostas para comprar 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobrás, apurou o Estado. Além da franco belga Engie, que teve exclusividade para negociar os termos do contrato com a Petrobrás, o fundo Mubadala e um consórcio capitaneado pela Itaúsa voltaram para a disputa. O resultado deve sair entre amanhã e sexta-feira. Pelas regras definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a venda de ativos da petroleira – que foi assessorada pelo banco Santander – tem de obedecer duas etapas.

Na primeira, a estatal escolheu a melhor proposta, que foi da Engie, com quem negociou o contrato. Após essa fase, a Petrobrás tem de abrir o processo para os concorrentes que fizeram propostas menores. Para disputar o ativo, a Engie se associou ao fundo canadense Caisse de Depot e Placement du Quebec (CDPQ) e a Itaúsa com outro canadense: o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB). Na primeira fase, o grupo da família Setúbal estava ao lado do banco australiano Macquarie. O valor do negócio deve ficar entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões (R\$ 30 bilhões e R\$ 34 bilhões, pela cotação de ontem).

Maiores vendas A venda da TAG é considerada estratégica para a estatal, que está em processo de desinvestimento. Quando concretizada, a transação será a maior já realizada pela empresa. A TAG detém uma rede de gasodutos de cerca de 4,5 mil quilômetros de extensão, nas regiões Norte e Nordeste. Em junho do ano passado, depois de a Petrobrás escolher a Engie para ter exclusividade nas negociações, uma liminar suspendeu o processo. As conversas foram retomadas em janeiro, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou a decisão. Engie, Itaúsa, CPPIB, CDPQ, Mubadala e Petrobrás não quiseram falar do assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renata Batista Fernanda Nunes / RIO

Título: CVM apura influência de ex-gestores da Petrobrás

Órgão encontrou indícios de que diretoria da petroleira teria interferido no trabalho da comissão que apurava irregularidades em refinaria

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) encontrou supostos indícios de que a diretoria da Petrobrás interferiu no trabalho da Comissão Interna de Investigação (CIA), criada pela petroleira para apurar irregularidades nos investimentos realizados na Refinaria Abreu e Lima. As investigações da autarquia que regula o mercado financeiro destacam que a provisão de custos da obra mais que triplicou, de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 13,3 bilhões, sem que os gestores da estatal demonstrassem preocupação. A comissão interna foi criada

em 2014, após a Operação Lava Jato trazer a público casos de corrupção na estatal.

De acordo com a área técnica da CVM, porém, o relatório final da comissão sobre o caso teve diversos trechos suprimidos. A informação consta do relatório do inquérito administrativo que apurou o caso, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso. No fim do ano passado, o inquérito foi convertido em processo sancionador, no qual ex-diretores e ex-conselheiros da companhia são acusados de faltarem com dever fiduciário na aprovação dos investimentos. Entre os arrolados no processo estão a ex-presidente Dilma Rousseff, o ex-ministro Guido Mantega, o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho e a ex-presidente da estatal Maria das Graças Foster.

Entre as informações omitidas no relatório final da CIA, estão várias menções a documentos de 2009 das áreas de planejamento e financeira da Petrobrás, que apontavam a baixa atratividade e os riscos do investimento. Além disso, de acordo com as apurações da CVM, o relatório omitiu a informação de que o cálculo do fluxo de caixa e da taxa de atratividade do investimento excluía o impacto tributário. Mesmo assim, o investimento foi aprovado pela diretoria e pelo conselho de administração da companhia. Durante as apurações, a CVM ouviu membros da CIA e a ex-presidente da Petrobrás.

Em depoimentos, os membros do conselho confirmaram a suposta interferência no resultado do trabalho da comissão. Já a ex-presidente Maria das Graças Foster declarou, na apuração, ter visto "várias coisas" fora do escopo do trabalho da CIA, mas entregou o relatório e "não soube de mais nada". Detalhes. A Auditoria Interna da Petrobrás já alertava o conselho de administração da empresa sobre irregularidades em licitações oito anos antes dos escândalos de corrupção virem à tona na Lava Jato.

O relatório da CVM aponta que, já em 2006, um comitê de auditoria relatava falhas no controle interno da companhia. Entre as falhas relatadas em nota do comitê de auditoria constam: "pagamentos indevidos ou sem suporte contratual"; "emprego do equipamento distinto do previsto no contrato"; "pagamento em conta distinta da indicada em contrato", entre outras indicações de que a corrupção permeava as contratações da petroleira. "O que se viu, a propósito, foi encaminhamento reiterado das notas do comitê (de auditoria) ao CA (conselho de administração), com ênfase nos problemas detectados e recomendações de melhorias.

Já entre os membros do conselho de administração, contudo, não se pode esperar ter havido a conduta esperada do administrador cuidadoso", escreve a CVM no relatório. Com a conclusão do relatório da área técnica (que trata apenas de Abreu e Lima), o processo será encaminhado para o colegiado da

CVM. A partir daí, será sorteado um diretor-relator e o processo seguirá para julgamento. Respostas. Procurada, a Petrobrás disse que não iria comentar. A assessoria da ex-presidente Dilma Rousseff informou que iria se manifestar hoje.

A reportagem ligou para a ex-presidente da Petrobrás, Graça Foster, que não atendeu o telefonema. A assessoria de Mantega afirmou que não se pronunciaria. Coutinho também disse que não se manifestaria sem tomar conhecimento prévio do relatório e que, tão logo leia o documento, poderá se pronunciar./ COLABOROU FÁBIO GRELLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: TCU vota se salário de estatal deve ter teto de R\$ 39,2 mil

Uma das teses é que companhias capitalizadas pela União deveriam cumprir o limite; executivos dessas empresas ganham até R\$ 195 mil

Os salários pagos por estatais federais estão na mira do Tribunal de Contas da União (TCU). Uma auditoria nos pagamentos realizados por essas empresas nos últimos anos questiona o grau de dependência de estatais em relação ao Tesouro Nacional e sugere que, por serem capitalizadas com dinheiro da União, todas as empresas devem cumprir o teto remuneratório de R\$ 39.293,32. O processo é relatado pelo ministro Vital do Rego e deve ser votado no plenário da corte de contas hoje.

A remuneração de um executivo do BB e do BNDES é por volta de R\$ 87 mil. Na Petrobrás, o salário supera R\$ 195 mil. Um ministro do TCU resumiu a situação: o presidente da Petrobrás vai dormir ganhando quase R\$ 200 mil e acordar com salário de R\$ 39 mil. Uma ala da corte de contas defende que haja uma determinação do TCU para que as empresas estatais que receberam injeção de recursos da União nos últimos cinco anos cumpram o teto remuneratório de maneira imediata.

Pela proposta defendida no tribunal, as empresas só seriam dispensadas dessa regra caso provem que os recursos do Tesouro não foram usados para pagar custeio ou salários, ainda que indiretamente – no caso de a capitalização ter bancado os investimentos e deixado os recursos próprios das empresas mais "livres" para bancar altos salários. Nos últimos dez anos, quase 90% das estatais federais receberam algum tipo de capitalização do Tesouro, segundo um levantamento do TCU. A justificativa das empresas, segundo o órgão, é que

esses recursos foram utilizados para investimentos ou para o cumprimento de políticas públicas do governo, e não para custeio ou salários.

O governo tem dois tipos de estatais. As chamadas não dependentes (como Petrobrás, BNDES, Banco do Brasil e Caixa) geram caixa suficiente para bancar despesas operacionais e com salários e só recebem capitalização da União para bancar investimentos. As dependentes são geralmente deficitárias, ou seja, não conseguem produzir receita suficiente para bancar gastos com custeio e folha de pagamento – por conta dessa condição, essas já não podem hoje pagar salários maiores que o teto da União. Entre as não dependentes estão desde Infraero e Correios até as sociedades de economia mista como Petrobrás e Eletrobrás.

Isso porque uma estatal pode render prejuízos para a União por muitos anos, mas se ela faturar o suficiente para pagar funcionários e despesas correntes, não é considerada dependente. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a tese é vista com ceticismo na área econômica, já que a própria lei define os critérios para que uma empresa pública seja considerada dependente ou não. Embora discorde da tese, uma das fontes ressaltou que não há nenhum impedimento para a divulgação de salários porque, apesar da concorrência, o governo não pode "abdicar da transparência".

Com base nos indicadores econômicos de 2013 a 2017, o TCU identificou que Infraero, Serpro, Companhia Docas do Ceará, Hemobrás e Eletrobrás estão em situação que "sinaliza indício de dependência". O Ministério da Economia foi procurado, mas não se pronunciou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Renata Batista / RIO

Título: Após Brumadinho, seis empresas se recusam a auditar barragens da Vale

Tragédia em Minas. Situação revela dificuldade da empresa para encaminhar a órgãos técnicos os projetos de descaracterização de 8 estruturas a montante, como a que rompeu. O risco de segurança ainda mantém fora de casa 943 pessoas em cinco municípios

Pelo menos seis empresas recusaram convites da Vale para auditar as oito barragens em estado de alerta em Minas. A situação revela a dificuldade da empresa para encaminhar à Agência Nacional de Mineração (ANM) e à Secretaria de Meio Ambiente do Estado os projetos de descaracterização dessas

estruturas. Esses planos detalhariam como ocorrerá o processamento dos rejeitos e a destinação para outros fins das áreas que ocupam. O risco mantém fora de casa 943 pessoas em cinco municípios.

A informação consta de documento em que o Ministério Público de Minas (MP-MG) pede à Justiça que determine à mineradora que apresente plano de ação à ANM e à secretaria. A Vale quer mais prazo e isenção das multas. A maior parte das companhias citadas no documento não opera no Brasil. O Estado tentou contato com todas. Nem mesmo a WorleyParsons, única que ainda manteria conversas com a Vale, confirmou a contratação. Procurada, a mineradora também não confirmou nem a contratação nem a apresentação dos planos. A empresa também não apresentou, até agora, nenhum relatório dos três comitês de assessoramento técnico criados após a tragédia de Brumadinho. Seu custo é estimado no orçamento de 2019 em R\$ 15 milhões.

A mineradora informou que entregou "pedido de descaracterização" das barragens à ANM e Semad em 22 de março. Mas não esclareceu se apresentou os planos. Projetos. Cada plano (um por barragem) deve conter o detalhamento técnico do projeto, investimentos e medidas de reparação para os atingidos. Os detalhes permitirão saber se os R\$ 5 bilhões previstos para a descaracterização cobrirão os custos. Além dos riscos para fornecedoras, arrolados nas investigações criminais da tragédia de Brumadinho, que deixou mais de 300 mortos e desaparecidos, há uma forte pressão para que a empresa faça a descaracterização com aproveitamento econômico dos depósitos.

Esse rejeitos ainda contêm minério aproveitável. "A Vale já tinha anunciado a descaracterização antes de Fundão (barragem que se rompeu em Mariana em 2015). Em 2013, já se observava movimento de retirada para o Pará, mas o que vai determinar é o fator econômico", afirma Thiago Alves, integrante da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para o setor de mineração, o aproveitamento econômico representa uma sobrevida para a atividade mineral nos municípios e para muitos fornecedores. Do ponto de vista do Estado é mais interessante, mas tende a custar mais caro para a empresa e demorar mais.

"Precisamos analisar as exigências de engenharia, meio ambiente e sociais para chegarmos a uma solução factível. Não podemos paralisar as barragens e o Estado de Minas", disse o presidente da Academia Nacional de Engenharia, Francis Bogossian. As dez barragens nessa situação de incerteza são: Laranjeiras, Menezes II, Capitão do Mato, Dique B, Taquaras, Forquilha I, II e II, Barragem I e Barragem IV. As duas últimas estão no centro da tragédia de Brumadinho. As outras oito são estruturas semelhantes às de Brumadinho e Fundão. Todas essas estruturas já tiveram as zonas de autossalvamento esvaziadas, justamente porque a empresa não consegue renovar os laudos de avaliação.

Todas constam da lista de estruturas que apresentavam fatores de segurança abaixo dos limites estabelecidos. A informação está em documentos da própria Vale anexados à ação civil pública movida pela força-tarefa formada para apurar as causas do rompimento em Brumadinho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: FELIPE RESK

Título: MP pede bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem por rachaduras em AL

O Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública de Alagoas entraram ontem com pedido liminar na Justiça para bloquear R\$ 6,7 bilhões da Braskem. A medida tem como objetivo garantir reparos por danos morais e materiais aos moradores dos bairros de Pinheiro, Bebedouro e Mutange, em Maceió, cujo solo apresenta rachaduras e afundamentos desde o ano passado. Em março, a prefeitura de Maceió decretou estado de calamidade pública nesses locais e anunciou a remoção de moradores para zonas seguras. Mais atingido pelo afundamento do solo, Pinheiro tem cerca de 7 mil pessoas em área de risco e 2,4 mil imóveis atingidos.

Segundo nota dos órgãos, a ação serviria para garantir o pagamento de indenização aos moradores, caso seja confirmado que os danos foram provocados por atividade mineradora da Braskem. A empresa explora jazidas de sal-gema em subsolo e aquíferos, segundo o MP. A Braskem afirma que "tomou conhecimento pela imprensa da ação judicial proposta contra ela" e colabora com as investigações. "Não há, até o momento, laudo conclusivo que demonstre a relação entre as atividades da Braskem e os eventos observados no bairro", diz. "A Braskem reafirma seu compromisso com a sociedade e com a atuação empresarial responsável."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Política

Autor: CONSTANÇA REZENDE, JULIA AFFONSO, FAUSTO MACEDO e LUIZ VASSALLO

Título: Temer vira réu no caso Eletronuclear

Decisão é do juiz Marcelo Bretas, da Lava Jato do Rio; em outro revés na Justiça, ex-presidente e filha são denunciados pelo MPF paulista

O ex-presidente Michel Temer sofreu dois revezes ontem na Lava Jato. No Rio, o juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal, abriu duas ações penais,

tornando Temer, o ex-ministro Moreira Franco e outras 12 pessoas réus por desvios nas obras da Eletronuclear. Em São Paulo, o Ministério Público Federal protocolou denúncia contra o ex-presidente e mais três pelo crime de lavagem de dinheiro no caso da reforma da casa da filha do emedebista, Maristela.

Com isso, Temer responde a três denúncias e a três ações penais. As duas denúncias aceitas por Bretas estão relacionadas à Operação Descontaminação, deflagrada em 21 de março, na qual Temer, Moreira Franco e outras oito pessoas foram presas por ordem do juiz – o emedebista foi solto quatro dias depois por decisão do desembargador Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região (TRF-2). O grupo é acusado pelos crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Na primeira delas, o Ministério Público sustenta que Temer e o coronel reformado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, apontado como operador financeiro de Temer – teriam desviado, entre maio de 2012 e agosto de 2016, R\$ 10,8 milhões em contratos das empresas AF Consult e Engevix com a Eletronuclear para a execução do projeto eletromecânico 1 de Angra 3.

Na segunda, Temer, Moreira Franco, coronel Lima e sua mulher, Maria Rita Fratezi, o ex-presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro da Silva e outras quatro pessoas respondem pela contratação fictícia da empresa Alumi Publicidades, como forma de dissimular o pagamento de propina de R\$ 1,1 milhão, de acordo com o MPF. São Paulo. Já a denúncia oferecida ontem pelo braço paulista da Lava Jato diz respeito à reforma da casa da filha do ex-presidente Maristela – também denunciada –, supostamente bancada pelo coronel Lima. Segundo a Procuradoria da República, a reforma custou R\$ 1,6 milhão. O valor usado nas obras, diz a acusação, "é fruto de pagamento de propinas e desvios nas obras da usina nuclear de Angra 3, no Rio".

Para a Lava Jato de São Paulo, "não há dúvidas de que a Argeplan era uma empresa dedicada a administrar os recursos ilícitos obtidos por Michel Temer, seja operando esquemas de lavagem, seja servindo como local de entregas de propina em dinheiro vivo para o ex-presidente". A Argeplan tem como um dos controladores o coronel Lima. Defesas. O advogado de Temer, Eduardo Cernelós, afirmou que o ex-presidente "não recebeu nenhum tipo de vantagem indevida, seja originária de contratação da Eletronuclear, seja originária de qualquer outra operação envolvendo órgãos públicos". Cernelós classificou a denúncia oferecida como "absolutamente descabida e contraditória".

Para o advogado de Moreira Franco, Antônio Sérgio de Moraes Pitombo, o processo judicial serve para que as autoridades públicas "imparciais investiguem

os fatos com interesse na busca da verdade e na compreensão quanto à inocência de um acusado". O Estado não localizou as defesas dos outros citados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Ricardo Hiar

Título: Bolsonaro pede estudo sobre possível fim do horário de verão

São Paulo - Tema de discussões no governo federal desde 2017, o fim do horário de verão será analisado por Jair Bolsonaro (PSL) na próxima semana. De acordo com o **Ministério de Minas e Energia**, o presidente solicitou estudo para avaliar a manutenção da mudança do horário entre novembro e fevereiro, que será entregue até o fim da próxima semana.

Por se tratar de decreto, a extinção do horário de verão depende de decisão do presidente. O sistema foi adotado pela primeira vez no país no fim de 1931, com a finalidade de economizar energia elétrica nos meses mais quentes do ano. Ele foi aplicado sem interrupção nos últimos 35 anos.

Pesquisas mostram, no entanto, que a eficiência na economia de energia vem caindo. Estudo divulgado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), considerou nula a economia de energia durante o horário de verão 2017/2018.

Segundo alguns especialistas, a queda dos índices de economia de energia, acontecem pela mudança de comportamento do brasileiro. As pessoas têm jornadas de trabalhos diferentes, saem de casa mais tarde e utilizam mais o ar condicionado durante o dia, quando as temperaturas estão elevadas. No verão 2016/2017, a economia foi de R\$ 159,5 milhões. Em 2015/2016, foram economizados R\$ 162 milhões.

O ex-presidente Michel Temer (MDB) sinalizou intenção de descontinuar o horário de verão, mas em momento em que tentava barrar denúncias contra ele, desistiu da mudança.

O fim de alterações do horário também está na pauta em outros países. O Parlamento Europeu aprovou decisão de não realizar horário de verão a partir de 2021.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 03/04/2019****Seção: Poder****Autor: Felipe Bächtold e Ana Luiza Albuquerque****Título: Temer é denunciado em SP por reforma de casa da filha e vira réu no Rio**

Ex-presidente, que foi preso há duas semanas, é acusado de lavagem de dinheiro por obra em imóvel; defesa critica apuração da Lava Jato

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO - Ameaçado de voltar a ser preso, o ex-presidente Michel Temer sofreu dois reveses nesta terça-feira (2) na Justiça. Ele se tornou réu em dois processos no Rio derivados da Operação Descontaminação e, em São Paulo, foi denunciado sob acusação de lavar dinheiro por meio da reforma da casa de uma de suas filhas, Maristela.

A decisão de tornar Temer réu foi do juiz federal Marcelo Bretas, que o mandou prender há duas semanas, e envolve outras 13 pessoas, incluindo seu aliado e ex-ministro Moreira Franco.

Temer deixou a cadeia no último dia 25, após ficar quatro dias detido no Rio, e é alvo de um novo pedido de detenção do Ministério Público Federal. Um grupo de juizes do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) julgará recurso dos procuradores que defendem o restabelecimento das prisões por considerar que as suspeitas são recentes. A data não está definida.

As duas ações penais abertas contra Temer no Rio tratam de suspeitas envolvendo a estatal Eletronuclear.

No primeiro caso, a acusação sustenta que ele e seu amigo João Baptista Lima Filho, coronel da PM paulista, desviaram R\$ 11 milhões por meio do contrato da usina de Angra 3, com o auxílio do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, que dirigiu a estatal. Os crimes apontados são de peculato e lavagem.

Na segunda, na qual figura Moreira Franco, a força-tarefa detalha o pagamento de propina de cerca de R\$ 1,1 milhão, tida como contrapartida do mesmo contrato. A acusação aponta que o repasse foi feito pela empresa Alumi Publicidades, que atua em aeroportos, a mando da empreiteira Engevix, para uma firma do coronel Lima, apontado como operador de Temer. Moreira Franco é suspeito de ajudar a concretizar o pagamento.

Em despacho, Bretas afirma que a força-tarefa apresentou com clareza os fatos criminosos e que a autoria e a materialidade dos crimes estão minimamente delineadas, o que permite, segundo ele, o prosseguimento da ação penal. Os réus devem apresentar resposta à acusação em 20 dias.

Ao deflagrar a Operação Descontaminação, há duas semanas, o Ministério Público Federal afirmou que Temer comandou um grupo criminoso responsável por R\$ 1,8 bilhão em propinas solicitadas, pagas ou desviadas, envolvendo contratos para além da Eletronuclear.

As denúncias, porém, não trazem a acusação de organização criminosa, que já havia sido formulada em outra ocasião, pela Procuradoria-Geral da República, em 2017.

Quase ao mesmo tempo em que as decisões de Bretas eram publicadas, durante a tarde, procuradores da República de São Paulo protocolaram outra acusação contra o ex-presidente em desdobramento da Lava Jato.

A denúncia de que o ex-presidente reformou a casa da filha Maristela, 46, com dinheiro de propina deriva de apuração iniciada após a delação da JBS, na qual Temer era o principal alvo.

Segundo os procuradores, a obra no imóvel da filha, que ocorreu de 2013 a 2015, custou R\$ 1,6 milhão e foi feita com dinheiro ilícito enviado a empresas do coronel Lima. Entre as fontes desses repasses, diz a acusação, estão desvios na própria Eletronuclear, além de repasses da JBS e da Odebrecht.

A Procuradoria afirma que o período desses repasses coincide com pagamentos em dinheiro vivo feito a fornecedores da reforma, que confirmaram o recebimento de quantias em espécie. A reforma foi providenciada pelo coronel Lima e pela mulher dele, Maria Rita Fratezi — ambos denunciados, assim como Maristela. A casa fica no bairro Alto de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, o mesmo em que o ex-presidente mora. Para vincular Temer ao caso, os procuradores mencionaram uma troca de mensagens de Maristela e Fratezi em que supostamente falam sobre a aprovação dos gastos pelo pai e um e-mail enviado a uma assessora dele tratando do assunto. O coronel e a mulher também estiveram presos por ordem de Marcelo Bretas, mas, a exemplo de Temer, obtiveram habeas corpus na semana passada. Há outras duas investigações em andamento em São Paulo que envolvem Lima. Uma delas aborda um contrato com o Tribunal de Justiça do estado. Na semana passada, o ex-presidente se tornou réu na Justiça Federal do Distrito Federal no caso da entrega de uma mala de R\$ 500 mil pela JBS a um ex-assessor dele.

OUTRO LADO

Defesa nega crimes e diz que decisão de Bretas já era prevista

O advogado de Michel Temer, Eduardo Cernelós, disse que, considerando a decretação da prisão preventiva, o recebimento da denúncia por Marcelo Bretas já estava anunciado.

Ele voltou a negar a participação do ex-presidente nos crimes narrados. "Essas e as demais acusações que se fazem ao ex-presidente terão o destino que merecem: a lata de lixo da história! "

Sobre a denúncia em São Paulo, disse que "expressa a crueldade de quem, para persegui-lo, não se peja de envolver afilha dele, atingindo-o assim de forma ainda mais vil".

A defesa de Maristela Temer se disse surpreendida.

"Não houve preocupação em se verificar a veracidade dos fatos, inteiramente refletida nos esclarecimentos já prestados por ela", afirmou o advogado Fernando Castelo Branco.

Também em nota, a defesa de Moreira Franco afirma que a existência de um processo judicial "pode servir para que autoridades públicas imparciais investiguem os fatos com interesse na busca da verdade e na compreensão quanto à inocência de um acusado".

A Folha não localizou a defesa dos demais citados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/04/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Engie é favorita na disputa por rede de gasoduto da Petrobras

Empresa francesa teria feito oferta de US\$ 8 bi. Resultado deve ser anunciado nos próximos dias

A empresa francesa de Energia Engie é considerada a favorita na licitação da Petrobras para a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), que opera a rede de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste, com 4,5 mil quilômetros de extensão. Segundo fontes a par das negociações, o grupo francês deve ser o vencedor, pois apresentou a melhor proposta, que seria de ordem de US\$ 8 bilhões.

A expectativa é que a Petrobras divulgue fato relevante sobre o negócio nos próximos dias. A Engie é a maior geradora privada de **Energia** elétrica no Brasil, com capacidade instalada de 10.207 megawatts (MW). Um de seus principais ativos é a usina de Jirau, no Rio Madeira. No exterior, a companhia tem uma série de ativos no mercado de gás.

O processo de venda da TAG começou em 2017. Numa primeira etapa, chamada de fase vinculante, a empresa francesa apresentou a melhor proposta em maio do ano passado. Na fase posterior, denominada rebid, a Petrobras discute com o melhor ofertante as condições do contrato de compra e venda. Ao mesmo tempo, abre oportunidade para que o segundo e o terceiro colocados na disputa apresentem nova proposta. O prazo para entrega desta nova oferta acabou ontem. Além da Engie, também participam da disputa a Itausa, que controla o Itaú, e o EIG Global Energy, junto com o fundo Mubadala, de Abu Dhabi.

MUDANÇA NO SETOR DE GÁS

Segundo fontes, a Engie está assinando com a Petrobras um novo passo para a aquisição do ativo. Após anunciar a proposta vencedora, a operação vai ser analisada pela administração e pelo Conselho de Administração.

A TAG é um dos ativos mais importantes da Petrobras à venda. A estatal quer vender 90% das ações da subsidiária. O negócio vai representar um passo importante para a redução da participação da Petrobras no transporte de gás. O governo federal estuda uma série de medidas para incentivar a concorrência, atraindo investidores, o que pode resultar em preço menor.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/04/2019

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO SÃO PAULO

Título: Governo incluirá até 20 projetos em programa de privatização

Bradesco estima que país deve levantar R\$ 221 bilhões com venda de ativos até o fim de 2020. Setores de óleo e gás, financeiro e de Energia elétrica são destaques

O governo federal vai incluir até 20 projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), principal iniciativa para a concessão de projetos à iniciativa privada. Será a primeira modificação no portfólio no governo de Jair Bolsonaro. A carteira atual conta com 52 projetos em diferentes áreas de infraestrutura, como aeroportos e portos.

—E m abril, entre dez e 20 projetos devem ser qualificados para ir para a carteira do PPI. É uma forma de manter o crescimento dessa carteira, uma vez que os projetos anteriores estão sendo concluídos — disse José Carlos Medaglia, secretário do PPI, durante fórum de investimentos promovido pelo Bradesco BBI.

Da carteira atual, os 52 projetos podem render aos cofres públicos R\$ 107,2 bilhões. Um dos mais avançados é o leilão de portos de áreas no Pará, na próxima sexta-feira. Também para este mês está prevista a divulgação dos editais de dois terminais em Santos (SP) e um em Paranaguá (PR). Estão nessa lista a Casa da Moeda e uma parceria público-privada (PPP) para o controle do tráfego aéreo nacional.

Medaglia defende que os números confirmam o interesse de investidores e operadores estrangeiros nos projetos. Das 141 concessões até o momento, 55 foram vencidas por companhias estrangeiras (sozinhas ou em parceria com empresas locais).

Levantamento do Bradesco mostra que há espaço para o governo federal vender R\$ 221 bilhões em ativos até o fim do ano que vem. A maior parte deste montante, uma fatia de 75%, seria feita por meio de ofertas de ações (aberturas de capital ou novas ofertas de empresas já listadas na Bolsa), com destaque para os setores de óleo e gás, financeiro e Energia elétrica. O banco prevê que até o fim do governo Bolsonaro o volume de privatizações alcance R\$ 500 bilhões.

— Há uma complexidade maior na venda desses ativos por serem públicos, mas estamos otimistas. Acreditamos na aprovação da reforma da Previdência. Não trabalhamos com a perspectiva de não aprová-la — afirmou Marcelo Noronha, vice-presidente do Bradesco e responsável pelas áreas de grandes empresas e banco de investimento.

SEGURANÇA JURÍDICA

O banco ressalta que a aprovação da reforma será um vetor importante para novas ofertas de ações.

— Se os fundos globais voltarem a alocar recursos no Brasil em linha com a média histórica, vamos ter um adicional de US\$ 150 bilhões para a Bolsa — disse Bruno Boetger, diretor executivo.

Segundo Leonardo Vianna, presidente da CCR, ter projeto é importante para atrair investidores, mas uma das principais preocupações é com a segurança jurídica.

Para Marcos Almeida, executivo responsável pela área de infraestrutura da Brookfield no Brasil, o avanço na regulação é fundamental:

— O pessoal que trabalha nas agências precisa ter boa qualidade de capacidade de análise. É com as agências que as empresas vão interagir ao longo da concessão.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/04/2019****Seção: Economia****Autor: DAIANE COSTA****Título: Após Brumadinho, indústria extrativa recua 14,8%**

Queda na produção do segmento foi a maior já registrada em pesquisa do IBGE desde o início da série histórica, em 2002, e contribuiu para frear o desempenho do setor como um todo em fevereiro, quando houve avanço de 0,7%

Após a tragédia na barragem da Vale em Brumadinho (MG), no fim de janeiro, a produção da indústria extrativa sofreu um tombo de 14,8% em fevereiro, segundo o IBGE. Foi a maior queda já registrada pelo segmento desde 2002, início da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal. Quando ocorreu o desastre em Mariana, em novembro de 2015, a produção extrativa recuou 11% naquele mês.

Em fevereiro último, o setor industrial avançou, na média, 0,7%, em relação a janeiro.

— Era um impacto já previsto porque foi o segundo acidente dessa natureza e, quando um raio cai duas vezes no mesmo lugar, não se pode dizer que é infortúnio da vida. Essa retração não reflete apenas a paralisação das operações em Brumadinho, mas de outras unidades que pararam para manutenção, uma supervisão mais criteriosa, desacelerando a extração de minério como um todo — diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

O recuo na indústria extrativa também foi influenciado por uma queda na extração de óleo e gás, informou André Macedo, gerente de Indústria do IBGE.

Não fosse o resultado negativo tão intenso da indústria extrativa, o resultado geral da indústria poderia ter sido melhor, ressaltou Macedo.

Sem o setor extrativo, ela teria avançado 1% em fevereiro em relação ao mês anterior.

Desde a tragédia, diversas barragens da Vale estão sob escrutínio, e a mineradora teve de paralisar a produção em algumas minas. A Federação das Indústrias de Minas Gerais já vê risco de faltar minério para algumas siderúrgicas num prazo entre 30 e 60 dias. Além disso, as exportações de minério de ferro recuaram 25,9% em março, na comparação com igual mês do ano anterior.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/04/2019****Seção: O País****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Agência interdita 56 barragens em oito estados**

Mineradora Vale, administradora da estrutura que se rompeu em Brumadinho, é responsável por 20 dos reservatórios que não entregaram laudos de segurança ou não atestaram estabilidade

A Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou 56 barragens de rejeitos de minério em oito estados do país por conta de laudos que não atestaram a estabilidade das estruturas ou pela falta de documentos que confirmassem a segurança dos reservatórios. Do total de barragens que tiveram suas operações proibidas, 20 pertencem à mineradora Vale, administradora da barragem que se rompeu em janeiro em Brumadinho (MG), deixando mais de 200 mortos e um rastro de destruição.

Segundo a ANM, os laudos entregues apontam que 17 barragens no país não estão estáveis, sendo que 13 destas estruturas ficam em Minas Gerais —e dez delas são da Vale). O grupo também inclui três barragens no Pará (duas da Vale); e uma no Paraná.

Outras 39 barragens não tiveram suas declarações de estabilidade enviadas à agência e, por isso, também foram proibidas de operar. A ANM não informou se, em algum desses casos, as empresas de segurança se recusaram a assinar a declaração. Nesse caso, a barragem também é considerada instável e a população que vive perto do local precisa ser retirada rapidamente.

A maior parte das barragens sem declaração de estabilidade enviada também fica em Minas Gerais: 23, sendo oito pertencentes à Vale. São Paulo (6), Rio Grande do Sul (2), Mato Grosso (4), Goiás (2), Pará (1) e Amapá (1) também têm estruturas nessa situação.

A Vale havia informado, na segunda-feira, que 17 de suas barragens em Minas Gerais tiveram a Declaração de Controle de Estabilidade (DCE) negada. Dez destes reservatórios ainda não tinham registrado problemas em seus níveis de segurança. Outras sete já tinham sofrido mudanças em seus níveis, sendo que quatro estão no estágio máximo de emergência. A mineradora também informou que 80 de suas barragens haviam conseguido renovar o DCE.

A Declaração de Controle de Estabilidade precisa ser apresentada a cada seis meses. O documento é produzido por empresa especializada e atesta que as barragens estão em boas condições, seguras, ou "estáveis". O Brasil tem mais

de 750 barragens de mineração cadastradas que precisam entregar o documento.

MÉTODO MENOS SEGURO

Em fevereiro, após o desastre de Brumadinho, a AMN deu prazo de 30 dias para que as empresas enviassem a documentação de todas as barragens com método de construção "a montante". A tecnologia foi a mesma usada pelos reservatórios que se romperam em Brumadinho e também em Mariana, em 2015. O método é considerado menos seguro por especialistas, porque a barragem é construída em cima de rejeitos que já foram depositados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Novo rompimento de barragem mostra que pesadelo não acabou

Desastre em Rondônia deixou famílias isoladas. Em Minas, três represas estão em alerta máximo

Apenas dois meses e quatro dias após a tragédia de Brumadinho, que deixou pelo menos 217 mortos e 84 desaparecidos, duas barragens da mineradora Metalmig, em Machadinho D'Oeste, Rondônia, se romperam. O desastre, sexta-feira, não provocou vítimas, mas causou a destruição de sete pontes, isolando 350 pessoas. Os danos ambientais estão sendo avaliados, mas exames preliminares detectaram perdas para a fauna e flora.

A mineradora alegou que o "tsunami" que varreu o local não teve relação com as barragens, e sim com as fortes chuvas que atingiram a região. Mas o caso está sob investigação do Ministério Público de Rondônia e do governo estadual, que apuram extensão dos danos e responsabilidades pelo colapso. O fato é que, mesmo depois de Mariana e Brumadinho, o pesadelo continua, em especial para moradores que vivem perto de qualquer uma das cerca de 800 barragens de mineração espalhadas pelo Brasil.

Em Minas, que concentra o maior número desses reservatórios, o medo passou a fazer parte da rotina. No fim de março, três barragens da Vale foram colocadas em alerta máximo (quando há risco iminente de rompimento), duas em Ouro Preto e uma em Nova Lima. Famílias que estavam nas áreas mais próximas tiveram de deixar suas casas, enquanto as outras receberam treinamento sobre as rotas de escape. Ao menos agora, protocolos estão sendo seguidos — um avanço, quando se sabe que, em Brumadinho, as sirenes se quer tocaram. Mas

isso não chega a tranquilizar quem vive ao lado, ou no caminho, de uma barragem prestes a se romper.

Hoje está claro que os laudos que atestam a segurança dessas represas são pouco confiáveis. A de Brumadinho era considerada estável. Portanto, cumprir protocolos de emergência é fundamental, mas é preciso também rever a qualidade dos laudos de segurança que norteiam as medidas de emergência. A pressão das empresas por atestados favoráveis é conhecida. Mas imprecisões técnicas podem conduzir a tragédias de grandes proporções.

Por isso, antes de mais nada, é preciso conhecer a situação real dessas centenas de bombas-relógio espalhadas pelo país. Caso contrário, estaremos caminhando sobre um terreno tão estável quanto o que cobria a barragem da Mina Córrego do Feijão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/04/2019

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Gasolina chega a R\$ 4,67 no DF

Apesar de o preço da gasolina nas distribuidoras estar em R\$ 1,8326, sem tributos, nas refinarias desde 19 de março, os preços não param de subir no Distrito Federal. Ontem, era possível encontrar o combustível sendo vendido a R\$ 4,67, no Plano Piloto. O que comprova que é preciso pesquisar para garantir alguma economia, pois na Estrada Parque Taguatinga, o litro era vendido a R\$ 4,20.

Sempre que precisa abastecer o carro, a autônoma Adriana Lopes, 35 anos, faz um levantamento prévio dos preços. “Tem dia que dirijo por mais de 30 minutos procurando um valor mais em conta para não pesar tanto no bolso”, afirma. Para ela, o carro é seu principal meio de transporte, como dificilmente enche o tanque, chega a abastecer o veículo até cinco vezes por semana. “Só tiro o carro da garagem a trabalho. Esse aumento pesa no salário”, afirmou.

Levantamento feito pelo Correio em 28 postos mostra que, em um período de três semanas, 27 estabelecimentos aumentaram os preços da gasolina, enquanto apenas um manteve o valor. Em 11 de março, a média nas bombas era de R\$ 4,05, enquanto ontem atingiu R\$ 4,38, um aumento de 8,4%.

A vida do motoboy Gilson Júnior, 23, não está fácil desde que a política de preços da Petrobras permite reajustes, até diários, pois acompanham os preços internacionais do barril de petróleo e a cotação do dólar. Além da moto, seu

principal instrumento de trabalho, ele precisa abastecer o carro pessoal. “Daqui a pouco, a gasolina chega a R\$ 5. O valor está um absurdo. Para mim, entre a semana passada e esta, o combustível chegou a subir quase R\$ 1”, reclamou. “Preciso da gasolina. Infelizmente, abasteço todos os dias com raiva. Coloco, por dia, R\$ 20 e dificilmente dá 5 litros. Abasteço minha moto diariamente, mas não tenho como mudar os hábitos, preciso da gasolina”, explicou.

A alta, de certa forma, tem uma explicação local. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) que incide sobre os combustíveis passou na última segunda-feira, de R\$ 4,14 para praticamente R\$ 4,40. O grande problema é que o valor do combustível pressiona a inflação, podendo elevar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste mês.

De acordo com o economista César Berço, o consumo morno da população ainda sustenta a carestia em patamares abaixo do centro da meta estabelecida, neste ano, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,25%, porém, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) já evidencia a alta. Em março, o índice subiu 1,26%, alta de 8,27% nos últimos meses. O item gasolina, no grupo dos transportes, saiu de -2,98% para 1,30%.

* Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos	11/3/2019	02/4/2019
Petrobras Posto da Lava Jato	3,99	4,24
Petrobras Eixo W 106 Sul	3,99	4,25
Auto Lus Eixo W 107 Sul	—	—
Petrobras Eixo W 109 Sul	3,98	4,28
Shell Eixo W 115 Sul	3,99	4,25
Petrobras Eixo L 214 Sul	3,98	4,29
Petrobras Eixo L 212 Sul	3,99	4,29
JarJour Eixo L 210 Sul	3,98	4,29
Petrobras Eixo L 207 Sul	3,98	4,46
PB Eixo L 206 Sul	3,98	4,20
Melhor Eixo L 204 Sul	3,98	4,56
Petrobras Eixo L 202 Sul	3,99	4,44
Ipiranga Eixo L 204 Norte	4,31	4,48
JarJour Eixo L 206 Norte	3,98	4,48
Petrobras Eixo L 208 Norte	3,98	4,48
Ipiranga Eixo L 210 Norte	3,98	4,48
Shell Eixo L 212 Norte	3,98	4,48
Petrobras Eixo L 214 Norte	4,09	4,48
Ipiranga Eixo W 115 Norte	3,98	4,48

Petrobras	Eixo W 113 Norte	4,10	4,48
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	3,98	4,50
Shell	Eixo W 109 Norte	—	—
Petrobras	Eixo W 107 Norte	3,98	4,48
Petrobras	Eixo W 103 Norte	4,67	4,67
Petrobras	SIG Quadra 3	4,14	4,50
Shell	SIG Quadra 3	4,14	4,47
Garantia	EPTG	3,99	4,277
Safeway	EPTG	3,99	4,30
Vtex	EPTG	3,99	4,197
Ipiranga	EPTG	3,99	4,30

MME / ASCOM .